ISSN: 2358-8829

A FALSA DEMOCRACIA RACIAL: ESTRUTURAS HISTÓRICAS DA SEGREGAÇÃO NO BRASIL

Gabriel Souza Carneiro [1]
Kaline Dias da Silva [2]
Sofia Alice Silva dos Santos [3]
Igor Emanoel Alexandria dos Santos [4]

INTRODUÇÃO

A segregação étnico-racial no Brasil não se configura como um evento isolado ou um desvio de percurso da formação social brasileira. Ao contrário, constitui um processo estrutural e contínuo, cujas raízes estão vinculadas à colonização e cujos mecanismos se atualizam nas práticas cotidianas, nas relações sociais e nas classificações raciais. Nesse contexto, o mito da democracia racial contribui para ocultar as hierarquias que organizam a sociedade brasileira, dificultando o reconhecimento das desigualdades e das formas de discriminação que atingem a população negra.

Este trabalho tem como objetivo analisar os mecanismos históricos, culturais e subjetivos que contribuem para a manutenção da segregação étnico-racial no Brasil, considerando também as formas de resistência construídas pela população negra. Para tanto, o percurso teórico articula as reflexões de Antônio Bispo dos Santos (2015), na obra *Colonização, quilombos: modos e significados*; Érico Andrade (2023), em *Negritude sem identidade: sobre as narrativas singulares das pessoas negras*; e Lélia Gonzalez (2020), em *Por um feminismo afro-latino-americano*. A aproximação entre esses autores permite investigar diferentes dimensões do problema: a colonização dos modos de vida, a imposição de classificações raciais e a preservação e ressignificação das experiências culturais negras.

[1]Graduando do Curso de Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, carneiro.g@aluno.uepb.edu.br;
[2]Graduada do Curso de Letras Português da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, kalinediiaas@gmail.com;
[3]Graduada do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, contato.sofiasanttos@gmail.com;
[4]Graduado do Curso de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, igorpk_33@hotmail.com;

A hipótese que orienta a discussão é a de que a segregação étnico-racial não se limita à separação física entre grupos sociais, pois também se manifesta na deslegitimação de saberes, na imposição de categorias raciais e na tentativa de controlar as formas pelas quais as pessoas negras compreendem e narram suas próprias experiências. Ao mesmo tempo, as reflexões dos autores selecionados permitem reconhecer que a história da população negra não pode ser reduzida à opressão, uma vez que também envolve práticas de resistência, produção cultural e afirmação de outras formas de existência.

METODOLOGIA

O trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada na leitura e na análise conceitual de três obras: *Colonização, quilombos: modos e significados*, de Antônio Bispo dos Santos (2015); *Negritude sem identidade: sobre as narrativas singulares das pessoas negras*, de Érico Andrade (2023); e *Por um feminismo afro-latino-americano*, de Lélia Gonzalez (2020).

A análise foi organizada a partir de três eixos: a colonização dos modos de vida e a deslegitimação dos saberes; a classificação racial e seus efeitos sobre a construção da subjetividade negra; e as formas de resistência cultural e epistemológica. Esses eixos orientam a leitura das obras e permitem estabelecer aproximações entre as contribuições dos autores para a compreensão da segregação étnico-racial brasileira.

Por se tratar de uma investigação teórica, o percurso metodológico não se fundamenta na coleta de dados empíricos, mas na interpretação dos conceitos e argumentos presentes nas obras selecionadas. A discussão busca relacionar essas contribuições sem desconsiderar as especificidades de cada autor.

REFERENCIAL TEÓRICO

Antônio Bispo dos Santos: colonização, denominação e segregação dos modos de vida

Para compreender as raízes da segregação, é fundamental recorrer à concepção de colonização desenvolvida por Antônio Bispo dos Santos (2015). O autor não restringe a colonização a um acontecimento histórico delimitado, mas a compreende como um

conjunto de processos que envolve a invasão, a expropriação e a subjugação de povos e culturas. Nesse sentido, afirma: “[...] todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra independentemente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra” (SANTOS, 2015, p. 47-48).

Essa compreensão permite analisar a colonização não apenas como ocupação territorial, mas também como imposição de formas de organização social, de conhecimento e de relação com o mundo. Sob essa perspectiva, a segregação contemporânea pode ser interpretada em relação a processos históricos que hierarquizaram povos e saberes, estabelecendo determinados modos de vida como legítimos e relegando outros à condição de inferiores.

Um dos mecanismos desse processo é o que Bispo denomina guerra das denominações. A imposição de categorias genéricas, como “índios” e “negros”, sobre povos com diferentes histórias e formas de autodenominação contribui para apagar particularidades e produzir classificações externas. Como afirma o autor, essa operação procura “quebrar as suas identidades com o intuito de os coisificar/desumanizar” (SANTOS, 2015, p. 27).

A denominação, nesse contexto, não constitui uma prática neutra. Ao reduzir a diversidade de povos e experiências a categorias generalizantes, a classificação colonial participa da produção de hierarquias e da deslegitimação das formas pelas quais esses grupos compreendem a si mesmos. A segregação, portanto, também se estabelece por meio do apagamento das diferenças internas e da imposição de posições sociais subalternizadas.

Outro conceito importante para essa discussão é o de cosmofobia. Nas reflexões de Bispo, esse conceito permite problematizar a rejeição colonial à diversidade dos modos de vida e às relações de interdependência entre os seres e o território. A colonização não se limita, assim, à ocupação de espaços físicos: ela também procura impor uma maneira específica de compreender e organizar a existência.

A oposição entre modos de vida distintos evidencia que a dominação colonial envolve disputas sobre o território, o conhecimento e as formas de organização coletiva. Essa lógica não desaparece automaticamente com o encerramento formal do período colonial. Ela pode ser reconhecida em práticas de expropriação territorial e em projetos

de desenvolvimento que desconsideram as relações históricas, culturais e comunitárias de povos tradicionais com seus territórios.

Desse modo, a contribuição de Bispo permite compreender a segregação como um fenômeno que ultrapassa a separação física entre grupos raciais. Trata-se também de uma estrutura que deslegitima saberes, impõe classificações e procura estabelecer uma hierarquia entre diferentes formas de existência.

Érico Andrade: classificação racial, subjetividade e negritude

Se Bispo contribui para compreender a dimensão colonial da segregação, Érico Andrade (2023) permite aprofundar a análise de seus efeitos sobre a subjetividade e a classificação racial. Em *Negritude sem identidade*, o autor problematiza as categorias raciais e as formas pelas quais elas podem limitar a possibilidade de as pessoas negras construírem narrativas próprias sobre suas experiências.

A discussão sobre a categoria "pardo" ocupa um lugar importante nesse debate. Andrade questiona as classificações que, em determinadas circunstâncias, fragmentam experiências negras e dificultam o reconhecimento de vivências compartilhadas de racialização. Sua reflexão não se limita à escolha de uma denominação, mas envolve a disputa pelo direito de narrar a própria existência sem que essa narrativa seja inteiramente determinada pelas expectativas e pelos critérios da branquitude.

Nesse sentido, o autor afirma:

> [...] justamente retirar dos povos o direito de construir uma autoimagem legítima. [...] é que o racismo também sequestra das pessoas negras a possibilidade de narrar a experiência singular de suas vidas por lhes constranger sempre a tecerem uma narrativa de si como resposta ao que a branquitude impõe. Um dos maiores legados do colonialismo é determinar, por meio de critérios raciais, os únicos modos legítimos do dizer de si ou de relatar a si mesmo. (ANDRADE, 2023, p. 23).

A passagem evidencia que o racismo não atua somente por meio de agressões explícitas ou da exclusão material. Ele também interfere nas condições em que os sujeitos podem interpretar e comunicar suas próprias experiências. Quando a pessoa negra é constantemente convocada a explicar-se a partir de critérios externos, sua singularidade corre o risco de ser subordinada às representações produzidas pela sociedade racista.

Andrade também problematiza o uso das classificações raciais como mecanismos de divisão entre pessoas negras. Ao discutir o que denomina “identitarismo branco”, o autor chama a atenção para a maneira como determinadas categorias podem contribuir para “incutir divisões entre as pessoas negras” (ANDRADE, 2023, p. 26).

A discussão sobre o chamado “pacto narcísico dos pardos” deve ser compreendida nesse contexto. A expressão permite examinar a expectativa de que características fenotípicas percebidas como mais próximas da branquitude possam oferecer proteção diante da violência racial. Essa expectativa, entretanto, não elimina necessariamente os mecanismos de racialização e pode contribuir para o afastamento de experiências coletivas de identificação e resistência.

A análise não exige considerar todas as pessoas pardas como um grupo homogêneo, nem pressupor que suas experiências sejam idênticas. O ponto central é compreender como as classificações raciais se relacionam com as hierarquias sociais e como essas hierarquias interferem nas possibilidades de identificação e reconhecimento.

A segregação manifesta-se, assim, também na dimensão fenotípica e classificatória. Ela opera nas relações cotidianas, nas expectativas sociais e nas formas de reconhecimento, podendo permanecer encoberta por discursos de cordialidade e igualdade racial. Ao problematizar essas dinâmicas, Andrade propõe pensar a negritude para além de uma identidade rígida ou inteiramente determinada por categorias externas.

Nesse sentido, sua reflexão sobre o tornar-se negro enfatiza a corporeidade e a singularidade da experiência racializada. Como afirma o autor: “Tornar-se negro é assumir uma corporeidade que nunca se entregou a uma identidade” (ANDRADE, 2023, p. 152). A passagem permite compreender a negritude como uma experiência que não se esgota nas classificações impostas, mas envolve a possibilidade de ressignificar o próprio corpo e construir formas de resistência.

Lélia Gonzalez: linguagem, memória e resistência cultural

A discussão sobre a segregação étnico-racial não pode se limitar aos mecanismos de dominação. É necessário considerar também as práticas por meio das quais a população negra preservou e transformou suas referências culturais. Nesse aspecto, as reflexões de Lélia Gonzalez (2020) são fundamentais, pois evidenciam a presença

africana na formação sociocultural brasileira e questionam as interpretações que privilegiam exclusivamente a matriz europeia.

Um dos conceitos centrais de Gonzalez é o de “pretuguês”, por meio do qual a autora chama a atenção para a presença de marcas africanas na língua falada no Brasil. Essa perspectiva permite questionar a ideia de que a cultura brasileira teria se constituído exclusivamente a partir de referências europeias. A linguagem, nesse sentido, torna-se um espaço em que relações de dominação, transmissão cultural e resistência podem ser analisadas.

A reflexão de Gonzalez sobre a atuação das mulheres negras na formação cultural brasileira também contribui para essa discussão. A figura da mãe preta evidencia as contradições de uma sociedade na qual mulheres negras, mesmo submetidas à exploração, participaram da transmissão de práticas linguísticas, narrativas, valores e referências culturais. Essa participação não deve ser interpretada como se a exploração tivesse sido superada ou como se as relações de poder fossem invertidas, mas como demonstração de que a população negra não ocupou uma posição meramente passiva na formação da sociedade brasileira.

As práticas de cuidado, a oralidade e a transmissão de conhecimentos revelam que a resistência também pode ocorrer no cotidiano. Mesmo em condições de subordinação, os sujeitos preservam, reelaboram e transmitem elementos culturais que participam da constituição da sociedade. Desse modo, a contribuição de Gonzalez permite compreender a cultura não apenas como expressão de uma identidade, mas também como campo de disputa, memória e criação.

Outro conceito fundamental em sua obra é o de “amefricanidade”, que permite reconhecer a presença e a contribuição das populações africanas e indígenas na formação histórica e cultural das sociedades americanas. Essa categoria questiona interpretações que tomam a experiência europeia como referência universal e evidencia a necessidade de considerar as experiências dos povos historicamente marginalizados.

Ao discutir a formação cultural brasileira, Gonzalez afirma:

> Trata-se de um olhar novo e criativo no enfoque da formação histórico-cultural do Brasil que, por razões de ordem geográfica e, sobretudo, da ordem do inconsciente, não vem a ser o que geralmente se afirma: um país cujas formações do inconsciente são exclusivamente europeias, brancas. Ao contrário, ele é uma América Africana cuja latinidade, por inexistente, teve

> trocado o T pelo D para, aí sim, ter o seu nome assumido com todas as letras: Améfrica Ladina [...] (GONZALEZ, 2020, p. 127).

A passagem evidencia a crítica da autora às narrativas que ocultam a participação africana na formação brasileira. Ao propor a noção de "Améfrica Ladina", Gonzalez desloca a centralidade da interpretação europeia e reivindica o reconhecimento das matrizes africanas que atravessam a cultura e a linguagem no Brasil.

A amefricanidade pode ser compreendida, portanto, como uma ferramenta de interpretação histórica e cultural que contribui para questionar a hierarquia entre conhecimentos e tradições. Ao reconhecer a presença africana e indígena na constituição das sociedades americanas, essa perspectiva também abre espaço para outras formas de narrar a história e compreender as experiências coletivas.

A contribuição de Gonzalez permite, assim, pensar a resistência como uma prática que envolve memória, linguagem e produção de conhecimento. Em vez de reduzir a população negra à condição de objeto da dominação, sua reflexão evidencia sua participação ativa na construção da sociedade brasileira e a importância de reconhecer as experiências culturais que foram historicamente marginalizadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das obras de Antônio Bispo dos Santos, Érico Andrade e Lélia Gonzalez permite compreender a segregação étnico-racial brasileira a partir de dimensões que se complementam. Embora cada autor desenvolva uma abordagem própria, suas reflexões contribuem para questionar a ideia de que o racismo constitui apenas um conjunto de atitudes individuais ou de manifestações explícitas de preconceito.

Em Bispo, a segregação pode ser relacionada aos processos coloniais de expropriação, desumanização e deslegitimação dos modos de vida. Sua reflexão evidencia que a dominação envolve tanto o controle dos territórios quanto a imposição de categorias e formas de conhecimento. A desigualdade racial, sob essa perspectiva, não pode ser separada da história de subjugação dos povos e da hierarquização de suas formas de existência.

Em Andrade, a discussão desloca o foco para os processos de classificação racial e seus efeitos sobre a subjetividade. A segregação também se manifesta quando as pessoas negras têm suas experiências interpretadas por categorias externas ou são submetidas a

expectativas sociais que limitam a construção de narrativas próprias. A problematização das categorias raciais permite examinar como as hierarquias da branquitude podem operar na produção de divisões e na definição dos modos socialmente reconhecidos de narrar a si mesmo.

Já em Gonzalez, a análise evidencia que as relações de dominação coexistem com práticas de resistência cultural. A linguagem, a memória e a transmissão de conhecimentos mostram que a população negra participou ativamente da formação da sociedade brasileira. Os conceitos de pretuguês e amefricanidade contribuem para questionar as narrativas que privilegiam a experiência europeia e ocultam a influência africana na cultura nacional.

A articulação entre os três autores permite, portanto, distinguir três dimensões interligadas da segregação: a dimensão territorial e cosmológica, relacionada à colonização dos modos de vida; a dimensão subjetiva e classificatória, associada à racialização e às disputas pelo direito de construir a própria narrativa; e a dimensão cultural e epistemológica, que envolve tanto a marginalização de saberes quanto a resistência e a produção de outras formas de compreender a história.

Essas dimensões não operam isoladamente. A imposição de classificações raciais pode reforçar a deslegitimação de experiências culturais, assim como a marginalização de saberes pode contribuir para a manutenção de hierarquias sociais. Por outro lado, a construção de narrativas próprias e a valorização das experiências negras permitem questionar as interpretações que naturalizam a desigualdade.

Nesse contexto, o mito da democracia racial constitui um problema central para a compreensão da sociedade brasileira. Ao sugerir que a convivência entre diferentes grupos teria produzido uma sociedade racialmente harmoniosa, esse mito pode obscurecer as desigualdades históricas e dificultar o reconhecimento dos mecanismos de segregação. As contribuições dos autores analisados ajudam a questionar essa representação, evidenciando que a formação brasileira envolve conflitos, relações de poder e disputas pela legitimidade de diferentes modos de vida.

A discussão também permite compreender que a resistência não deve ser pensada apenas como reação direta a atos de violência. Ela pode se manifestar na preservação de práticas culturais, na transmissão de conhecimentos, na construção de narrativas próprias e na contestação das classificações impostas. Sob essa perspectiva, a resistência negra

constitui uma dimensão fundamental da história brasileira, e não um aspecto secundário diante dos processos de dominação.

A aproximação entre Bispo, Andrade e Gonzalez oferece, assim, uma interpretação da segregação étnico-racial como processo histórico e estrutural, mas também evidencia as possibilidades de contestação e transformação presentes nas experiências dos sujeitos e das comunidades negras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão desenvolvida neste trabalho permite compreender que a segregação étnico-racial no Brasil não se limita à separação física entre grupos sociais ou a manifestações individuais de preconceito. Trata-se de um processo histórico que envolve a colonização dos modos de vida, a imposição de classificações raciais e a deslegitimação de conhecimentos e experiências culturais. Sua continuidade depende de mecanismos que se transformam ao longo do tempo e que podem permanecer encobertos por discursos de igualdade e harmonia racial.

As contribuições de Antônio Bispo dos Santos permitem identificar as dimensões territoriais, culturais e cosmológicas da colonização, evidenciando que a dominação também se estabelece pela imposição de categorias e pela subjugação de diferentes formas de existência. Érico Andrade, por sua vez, contribui para compreender como as classificações raciais interferem na subjetividade e nas possibilidades de construção de narrativas próprias. Lélia Gonzalez evidencia que, apesar dos processos de marginalização, a população negra participou ativamente da formação cultural brasileira e construiu práticas de resistência por meio da linguagem, da memória e da transmissão de conhecimentos.

A articulação dessas perspectivas reforça a necessidade de analisar criticamente o mito da democracia racial e os mecanismos que contribuem para a reprodução das desigualdades. Enfrentar a segregação exige reconhecer suas dimensões históricas e estruturais, bem como questionar as hierarquias que determinam quais sujeitos, conhecimentos e experiências são socialmente legitimados.

Por fim, as reflexões dos autores indicam que a resistência negra não pode ser compreendida apenas como resposta à opressão. Ela também se manifesta na afirmação de outras formas de existência, na preservação de memórias coletivas e na produção de

interpretações da realidade que confrontam a centralidade da perspectiva colonial. Nesse sentido, a valorização das experiências negras constitui um caminho para ampliar a compreensão da formação social brasileira e para questionar as estruturas que sustentam a segregação étnico-racial.

Como afirma Érico Andrade, tornar-se negro envolve reconhecer a vulnerabilidade produzida pela racialização e, simultaneamente, afirmar a resistência inscrita na corporeidade. Nas palavras do autor:

> [...] se tornar negro é assumir, por um lado, a experiência radical da vulnerabilização do meu corpo, porque ele partilha uma experiência comum com outros corpos de ser racializado, e, por outro, assumir que a minha corporeidade na sua ginga é resistência às práticas identitárias da branquitude (ANDRADE, 2023, p. 148).

A passagem sintetiza uma das questões centrais discutidas ao longo do trabalho: a experiência da racialização não elimina a possibilidade de resistência, de produção de sentidos e de afirmação da existência negra. Compreender essa relação é fundamental para uma análise crítica da segregação étnico-racial no Brasil.

Palavras-chave: Segregação étnico-racial; Colonização; Negritude; Resistência negra; Amefricanidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, É. Negritude sem identidade: sobre as narrativas singulares das pessoas negras. Rio de Janeiro: n-1 edições, 2023.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

SANTOS, A. B. dos. Colonização, Quilombos: modos e significações. Brasília: INCT/UnB, 2015.